

O BRASIL IMPÉRIO E AS POSSESSÕES PORTUGUESAS NA ÁFRICA ORIENTAL: A PERSPECTIVA ÍNDICA DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS

THE BRAZILIAN EMPIRE AND THE PORTUGUESE POSSESSIONS IN EAST AFRICA: THE INDIAN OCEAN PERSPECTIVE OF THE ATLANTIC SLAVE TRADE

FREDERICO ANTONIO FERREIRA*

Resumo: Este artigo busca analisar o pedido de auxílio feito pelo governador da capitania de Moçambique Francisco Xavier de Botelho ao cônsul brasileiro João Luís solicitando a participação de embarcações brasileiras nos esforços de guerra do Estado colonial português na região contra as investidas das forças islâmicas vindas da Península Arábica em 1828. O texto buscará entender como as polêmicas envolvendo o estabelecimento do consulado do recém-independente Império do Brasil na África Oriental portuguesa, entre os anos de 1827 e 1828, se relacionavam com a dinâmica do tráfico de escravos no oceano Índico, a expansão do poderio do Sultanato de Mascate e a ameaça que esta representava à posse portuguesa da ilha de Moçambique.

Palavras-chaves: Colonialismo português; Moçambique; Brasil

Abstract: This article seeks to analyze the request for assistance made by the governor of the Mozambican captaincy Francisco Xavier de Botelho to the Brazilian consul João Luís requesting the participation of Brazilian vessels in the Portuguese colonial state's war efforts in the region against the attacks of the Islamic forces coming from the peninsula Arabica in 1828. The text will seek to understand how the controversies surrounding the establishment of the consulate of the newly independent Empire of Brazil in Portuguese East Africa between 1827 and 1828 were related to the dynamics of the slave trade in the Indian Ocean, expansion of the power of the Muscat Sultanate and the threat posed by the Portuguese ownership of the Island of Mozambique.

Keywords: Portuguese Colonialism, Mozambique, Brazil

Artigo recebido em 26 de março de 2018 e aprovado para publicação em 04 de maio de 2018.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – arquivistafred@gmail.com.

Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº16, Jan/Jun 2018, p. 59-80 | www.ars.historia.ufrj.br

Vínculos entre o Atlântico e o Índico

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas por uma série de movimentos revolucionários que influenciaram a Europa, as Américas e a África Atlântica. Os atritos entre absolutistas e liberais em Portugal após 1820, o processo de independência do Brasil e a pressão abolicionista britânica muitas vezes ofuscaram a compreensão do quão complexo e diverso era sociocultural e economicamente o chamado Império luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. As grandes transformações que assolaram a metrópole portuguesa e sua ex-colônia na América nesse mesmo período influenciaram todos os demais domínios espalhados tanto pelo Atlântico, quanto as possessões no Índico e no Extremo Oriente.¹

Tendo como premissa a complexidade do império colonial português, este artigo se volta para a análise da dinâmica das relações internacionais entre o Império do Brasil recém-independente – que tinha na manutenção do trabalho compulsório uma das principais bases de manutenção do regime – e as possessões portuguesas na África Oriental, especialmente na ilha de Moçambique, entre os anos de 1827 e 1828. Diante disso, o fato de que vários portos sob o domínio português na África Oriental eram dispersores de escravizados para a América fez com que essas colônias, que até então estavam mais ou menos vinculadas aos domínios lusos na Índia, fossem inseridas na dinâmica do tráfico atlântico, especialmente para o Brasil.²

Enquanto o contato entre o Estado brasileiro e seus grandes comerciantes em Luanda, principal cidade do império colonial português na África Atlântica, é alvo (relativamente) comum da atenção da historiografia brasileira³, as relações com as possessões lusitanas nas costas do Índico são menos recorrentes. A proibição do tráfico de escravos ao norte da linha do Equador após o Congresso de Viena de 1815 e o aumento da repressão britânica aos navios negreiros, dentre outros fatores, deram um novo impulso ao tráfico de pessoas em situação de escravidão nas margens índicas de África.

¹ ALEXANDRE, Valentim. “O colapso do império luso-brasileiro e as suas repercussões em Portugal”. In: *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Vol. 03. Museu Condes de Castro Guimarães, 1997, pp. 229-42.

² BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. *História da expansão portuguesa*. Volume 1, A formação do império, 1400-1800. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

³ COSTA E SILVA, Alberto da. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989. COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003; RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Enquanto o fluxo de cativos originários da África Oriental representava menos de 10% do total das mulheres e homens que foram introduzidos no porto do Rio de Janeiro entre 1795 e 1811, no período entre 1811 e 1830, este índice passou a representar mais de 20% do total – percentual maior do que o relativo à África Ocidental nestes mesmos períodos e inferior apenas à África Central Atlântica.⁴

Para além dos aspectos relacionados à escravidão, as interconexões entre o Brasil e os povos da costa da África Oriental deixaram reminiscências que vão de manifestações culturais – como o carnaval em Quelimane/Moçambique⁵ ou a dança folclórica brasileira chamada de moçambique – até o intercâmbio de produtos como a batata-doce ou conchas marinhas originadas no Índico em cultos afro-brasileiros⁶. Tudo isso serve para demonstrar a sutil permanência das interfaces entre a costa atlântica da América lusófona e o litoral índico da África Portuguesa.

A ameaça de invasão do Sultanato de Mascate e o pedido de auxílio ao navio negreiro Zefiro, 1828

Um dos elementos mais marcantes dessa relação entre Brasil imperial e os domínios lusos na África Oriental foi o estabelecimento de relações políticas e administrativas entre o país recém-emancipado e os domínios lusitanos na costa índica da África. Utilizando os documentos provenientes do Arquivo Histórico do Itamaraty referentes ao consulado do Império do Brasil na ilha de Moçambique entre os anos de 1827 a 1828, serão analisados os que foram emitidos pelo cônsul brasileiro, João Luís Airoso⁷, e os agentes do Estado colonial português na ilha, o governador-geral Sebastião Xavier Botelho. Dentre todos estes, nos dedicaremos aqueles emitidos no episódio da tentativa de invasão da ilha pelo Imã⁸ de Mascate em 1828.⁹

⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵ GLYCÉRIO, Carolina; SALEK, Silvia (2017). “Moçambique deixou marca genética, mas pouca herança”. In: BBC Brasil. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070406_escravosmocambique2ss.shtml (Acesso em 17 de novembro de 2017).

⁶ PEREIRA, Rodrigo. “Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o candomblé”. In: *História econômica & História de empresas*. v. 18, 2015, p. 323, 354.

⁷ Durante a pesquisa acerca de João Luís Airoso, o referido nome foi encontrado com as seguintes grafias: João Luiz Ayrosa, João Luis Ayroza, João Luíz Ayrosa. Para este artigo, adotaremos a grafia João Luís Airoso.

⁸ Os imãs originalmente são sacerdotes muçulmanos que dirigem as preces numa mesquita. Contudo, com o tempo veio a se tornar um título que os califas atribuíram a si para se configurarem como chefes supremos dos muçulmanos. Ficou caracterizado como título de certos soberanos muçulmanos, especialmente no Iêmen

O cônsul do Império do Brasil João Luís Airosa, sediado na cidade de Moçambique, remeteu, em março de 1828, à chancelaria imperial no Rio de Janeiro um ofício no qual comunicava ao secretário dos negócios estrangeiros, João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz (1769-1833), a solicitação por parte do governo-geral português naquela localidade de utilização de uma embarcação de bandeira brasileira, fundeada naquele porto, nos esforços de guerra contra as forças do Imã de Mascate, que preparava uma ofensiva contra a possessão portuguesa na referida cidade. De modo a melhor informar ao governo do Rio de Janeiro sobre as negociações entre as autoridades coloniais e aquele consulado, ele enviou anexa cópia dos registros dessas comunicações.¹⁰

João Luís Airosa foi instituído como agente brasileiro pelo imperador Pedro I, chegando à ilha em 1827, dois anos após a assinatura do tratado, entre Brasil e Portugal, que reconhecia a independência da ex-colônia, porém antes do estabelecimento de um tratado que regulamentasse a atuação de agentes consulares brasileiros tanto no reino, quanto em suas colônias.¹¹ As informações sobre a vida pregressa do agente brasileiro são escassas. No fim da década de 1780 ele aparece como proprietário de uma manufatura voltada para a produção de tinturas para tecido na região central da cidade do Rio de Janeiro.¹² A produção destas, contudo, dependia da importação de insumos vindos de outras partes do império colonial português. No caso específico dos coloríficos em tons azulados ou violetas, o anil vindo de regiões do Índico era um insumo fundamental, ainda que o cultivo estivesse em fase de implantação no Brasil.¹³

No início de fevereiro do ano de 1828 o secretário do governo-geral da capitania de Moçambique, João Faustino da Costa, enviou uma carta ao cônsul brasileiro instalado na ilha de Moçambique – principal das possessões lusas na África Oriental – em nome do governador. Na correspondência, as autoridades portuguesas informavam sobre a proximidade de um ataque à cidade por parte do Imã de Mascate: “S. Exmo Sr Governador Capitam General me ordena diga

(ELKHOLY, Ayman Tarek. Seyyid Said in *Encyclopedia of World Biography*. Disponível em: <<http://www.blackpast.org/gah/said-seyyid-1790-1856>> (Acesso em 3 de março de 2018).

⁹ Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 26/02/1828, AHI: 238/2/1.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

¹¹ Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado em 09/01/1828, AHI: 238/2/1.

¹² Arquivo Nacional: NA 2ON, 122, p. 91v.

¹³ PEDREIRA, Jorge Miguel. “Indústria e negócio: a estamperia da região de Lisboa, 1780-1880”. In: *Análise Social*, v. XXVI, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1991, p. 537-559. DIAS JR., Ondemar. “Remanescentes histórico-arqueológicos da cultura do anil na cidade do Rio de Janeiro” In: *Revista do IHGB*, n. 164, v. 419. Rio de Janeiro: abr./jun. 2003, pp. 9-58.

a V. S. que esta Ilha acha ameassada de um ataque de Povos Bárbaros, e infieis comandados pelo Isman de Mascate (...)”¹⁴.

Em contrapartida, as autoridades lusas ofereceram asilo tanto ao cônsul, quanto a outros brasileiros residentes na Fortaleza de São Sebastião, na parte norte da ilha de Moçambique. Em seguida solicitava, em nome do rei de Portugal, o apoio do representante brasileiro para contar com a embarcação brasileira Zefiro nos esforços de guerra.

O mesmo Snr^o me determina requeira a V.S. em Nome de El Rey [ilegível] [ilegível], e ajuda para defesa desta Praça da Barca Brazilleira Zefiro que aqui se acha fundeada, visto que pode servir de grande utilidade e auxilio, e S. Exa se vê na urgencia de empregar todos os meios possíveis para conservar a ElRey esta possessão e sustentara honra Nacional.¹⁵

A referida barca aparece como um navio negreiro em atuação nas margens da foz do rio Zaire, no porto de Molembo, entre 1817 a 1820.¹⁶ Na década de 1820, a embarcação é registrada diversas vezes como responsável pelo transporte de pessoas para a escravidão entre a costa da África Oriental e o Império do Brasil.¹⁷ A presença de embarcações deste tipo, longe de ser um episódio isolado no cenário das possessões portuguesas na África Oriental, se tornava um fato cada vez mais comum nas primeiras décadas do século XIX.¹⁸

Quanto aos preparativos para o ataque das forças do Imã de Mascate, de modo a convencer o capitão da embarcação brasileira, o governo-geral de Moçambique prometia que o Estado português se comprometia a arcar com os prejuízos que sobreviessem ao navio no

¹⁴ Carta de João Faustino da Costa ao cônsul João Luís Airoso, 09 de fevereiro de 1828, AHI: 238/2/1.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁶ RODRIGUES, Jaime. *O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁷ CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique*. 1750-1897. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

¹⁸ Com a Revolução Industrial e o término das Guerras Napoleônicas (1803-1815), a demanda por gêneros agrícolas tropicais como o açúcar, o algodão e mesmo o café alcançaram índices cada vez maiores, o que por sua vez exigia cada vez mais força de trabalho (NEWITT, Malyn. “Moçambique”. In: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.). *Nova história da expansão portuguesa* (Vol. X) *O Império Africano* (1825-1890). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 557-656.). Ao mesmo tempo, o governo britânico pressionava política e mesmo militarmente. Premido pelo movimento abolicionista, o ministério dos negócios estrangeiros inglês ampliou seus esforços diplomáticos no sentido de inibir o tráfico transatlântico de escravos, e sua poderosa força naval intensificou a fiscalização no Atlântico (HERLIN, Susan J. “Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870”. In: CURTO, José C.; LOVERJOY, Paul E. *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil During the Era of Slavery*. Amherst, NY: Humanit Books, 2004, pp. 265-87.). No entanto, a costa da África Oriental não era patrulhada pelos cruzadores britânicos. Assim, cruzando o Cabo da Boa Esperança, contornava-se a fiscalização (CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. In: *Dinte: Boletim de Economia e Política Internacional*. Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. Nº 06. Ipea: abr./jun. 2011, 2011, p. 87-94.). Neste contexto, o tráfico originário no litoral índico da África – até então residual em comparação com o tráfico Atlântico – cresceu em importância na primeira metade do Oitocentos (FLORENTINO. *Op. cit.*).

transcorrer dos combates.¹⁹ Nesse sentido, o cônsul brasileiro redige um encaminhamento protocolar de solicitação ao capitão da barca Zefiro, Antonio Maurício de Mendonça: “Junto achará V. Mcea copia do officio que a cabo de receber do Governador desta Capitaneâ, no qual me requer em Nome de S. M. Fidelissima a Barca do seu comanda para cohoperar na defesa desta Praça, do ataque que lhe pertence dar a Isman de Mascat.”²⁰

A resposta do capitão remete tanto ao constrangimento por não poder atender à solicitação das autoridades portuguesas, quanto por não querer se posicionar de modo a antipatizar com elas. Ao cônsul Airosa, o capitão expõe a grande relevância que a defesa da cidade tinha e, por outro lado, informa das dificuldades que poderiam decorrer na condução dos negócios de seus contratantes.

O principal elemento do fluxo comercial entre o Brasil e as possessões portuguesas na África Oriental era a força de trabalho escravo. Como principal exemplo deste fenômeno, podemos citar o que ocorria na ilha de Moçambique. O negócio negreiro ali estabelecido foi o que mais teve crescimento nas primeiras décadas do século XIX. Enquanto, entre 1795 a 1811, apenas 15 expedições saíram do Rio de Janeiro com destino à ilha de Moçambique, entre 1811 a 1813, elas chegaram ao número de 235.²¹

O fato de a ilha ser um domínio português passou a desempenhar papel fundamental na dinâmica do tráfico de escravos empreendida pelos luso-brasileiros nas primeiras décadas do XIX. Do ponto de vista da economia local, os mercadores vindos do Brasil muitas vezes desempenhavam um papel mais importante do que o desempenhado pelos administradores portugueses.²²

Diante da importância do tráfico negreiro na África Oriental, não seria recomendável decepcionar a autoridade máxima do Estado colonial português na região. De modo a diminuir a má impressão que a negativa poderia causar, Antonio Maurício de Mendonça, capitão da barca Zefiro, se colocou, a si próprio e a sua tripulação, à disposição dos esforços de guerra do Governo-Geral:

Defender aquella lugar que V.S. e S. Exa. julgar mais acertado o beneficio comum e geral, e quando no ultimo apuro de servir com o Navio, V. S. a por a em pratica todos aquellos documentos que sejam precisos a beneficio do Navio e da sua navegação para

¹⁹ Carta de João Faustino da Costa ao cônsul João Luís Airosa, 09 de fevereiro de 1828, AHI: 238/2/1.

²⁰ Ofício do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 26/02/1828, AHI: 238/2/1.

²¹ FLORENTINO. *Op. cit.*

²² AJAYI, J. F. Ade. “África no início do século XIX: problemas e perspectivas”. In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, pp. 1-27.

que não de sofrer grandes prejuízos o meu mercante ou a quem for direito pertencer a sua negociação.²³

O mesmo posicionamento de reconhecer e incentivar os esforços de defesa do governador Sebastião Xavier Botelho sem, porém, envolver-se materialmente com eles foi adotado pelo próprio cônsul João Luís Airosa. Em ofício endereçado ao governador-geral ainda em 9 de fevereiro de 1828, ele agradece a oferta de guarida na Fortaleza de São Sebastião, encaminhando a resposta enviada pelo capitão da barca Zefiro.

De modo a endossar a posição de seu compatriota, Airosa descreve o precário estado da embarcação e anuncia que esta já havia terminado as negociações em que estava envolvida no litoral da África Oriental. O cônsul afirma ainda que, como a embarcação não era de posse do imperador do Brasil, ele não poderia autorizar seu uso de modo compulsório.²⁴

Tendo em vista que, nas primeiras décadas do século XIX, as ligações comerciais entre Portugal e a África Oriental eram mínimas²⁵, o esforço em engajar o navio negreiro brasileiro no combate ao lado das forças coloniais portuguesas remete às dinâmicas próprias das relações tanto entre a metrópole portuguesa e suas colônias na África Oriental, quanto com o Império do Brasil.

A relação entre as populações luso-brasileiras da América com os luso-africanos que habitavam a ilha de Moçambique foram historicamente construídas sob a tutela de uma metrópole comum. A presença dos negociantes com base no Brasil e os recursos investidos por eles na aquisição de pessoas para a escravidão davam a eles grande relevância política na região.²⁶ O Visconde do Rio Branco, secretário dos negócios estrangeiros do Império brasileiro declarou, na década de 1850, que, durante as décadas de 1820 e 1830, “(...) o Brasil era metrópole de Angola e Moçambique”²⁷. A negativa ao pedido de auxílio do governador-geral de um desses agentes envolvidos no tráfico de escravos poderia representar uma cicatriz a mais nas relações com as autoridades coloniais portuguesas, já estremecidas desde a emancipação política do Brasil, em 1822.

De modo a diminuir o mal-estar criado pela negativa do comandante da embarcação, assim como pela incapacidade de ação da representação imperial, o cônsul João Luís Airosa coloca a tripulação da barca, seu capitão e mesmo a si próprio à disposição do governador

²³ Carta de Antônio Maurício de Mendonça ao cônsul João Luís Airosa, 9 de fevereiro de 1828, AHI: 238/2/1.

²⁴ Carta do cônsul João Luís Airosa ao general João Faustino da Costa, 10/02/1828, AHI: 238/2/1.

²⁵ NEWITT. *Op. cit.*

²⁶ AJAYI. *Op. cit.*

²⁷ Despacho do Visconde do Rio Branco para o cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira, 07/02/1858, AHI: 238/2/3.

Xavier Botelho para que fossem engajados onde este achasse ser mais conveniente. O agente brasileiro afirma que esta disposição serviria como uma forma de demonstrar a força da amizade entre a “nação brasileira” e a “nação portuguesa”.²⁸

O governador-geral agradece a franqueza tanto do cônsul, quanto do capitão, porém recomenda que as negociações da embarcação Zefiro sejam abreviadas, e que ela saia dos portos da ilha de Moçambique o mais rápido possível.²⁹ Aparentemente, o chanceler brasileiro João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz (1769-1833), não responde ao pedido de instrução por parte do cônsul brasileiro João Luís Airosa, feito em março de 1828, permanecendo na ilha de Moçambique até dezembro de 1828, e dá entrada no porto do Rio de Janeiro em novembro de 1829.³⁰

Apesar das formalidades e da aparente civilidade empregada entre o representante brasileiro e as autoridades coloniais portuguesas, as relações políticas entre o Império do Brasil e o governo luso da capitania de Moçambique nos anos que se seguiram a independência do Brasil foram cheias de questionamentos e oposições, principalmente por parte das autoridades portuguesas. Além da aversão ao reconhecimento do Estado brasileiro, houve grande resistência à admissão de encarregados por negócios brasileiros naquela região. Tal contexto serve para ilustrar o quanto questões como a gestão das relações internacionais que possibilitavam o tráfico de escravos estavam intrinsecamente ligadas a outros assuntos de política externa, como o reconhecimento internacional da independência do Brasil, assim como do governo de Pedro I.

Relações políticas entre o Império do Brasil e as possessões portuguesas na África Oriental

A prestimosa oferta de auxílio do governador-geral Sebastião Xavier Botelho ao cônsul imperial brasileiro João Luís Airosa, manifestada na carta enviada pelo secretário João Faustino da Costa em 9 de fevereiro de 1828, não expressam a complexa e, muitas vezes, conflituosa relação internacional que envolvia o reino português, o império colonial luso na África e o Brasil.

O aumento do fluxo de escravizados entre as duas regiões se iniciou ainda no período de permanência da corte lusa na América.³¹ Ao contrário do que ocorria nas possessões da África Centro Ocidental – quase exclusivamente dedicadas ao fornecimento de força de trabalho para

²⁸ Carta do cônsul João Luís Airosa ao general João Faustino da Costa, 10/02/1828, AHI: 238/2/1.

²⁹ Carta do governador-geral Sebastião Botelho ao cônsul João Luís Airosa, 10/02/1828, AHI: 238/2/1.

³⁰ Jornal do Commercio, folha comercial e política de 7 de novembro de 1829.

³¹ FLORENTINO. *Op. cit.*

as lavouras americanas em expansão³² –, os estabelecimentos portugueses nas margens da África Oriental estavam inseridos em uma dinâmica própria e distante do contexto brasileiro e atlântico.

A diminuta presença de colonos reinóis e luso-brasileiros tinha seu contraponto na pujante presença de outras nacionalidades próprias da realidade do Índico, o que dava à ilha de Moçambique um cenário multicultural muito diferenciado daquele existente nas possessões da África Atlântica. A população portuguesa residente na ilha entre 1810 e 1820 era formada, principalmente, por funcionários civis e forças militares envolvidas com a administração portuguesa, assim como religiosos.

Quanto aos luso-brasileiros, eram em sua maioria agentes envolvidos com o comércio de pessoas, isso sem contar com os luso-indianos, profundamente envolvidos com o comércio de ouro e tecidos.³³ Porém, com o aumento do comércio de escravos promovido por lusos brasileiros e hispano-americanos entre o fim do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, o tradicional comércio entre as possessões portuguesas na África Oriental e os demais povos ao redor do Índico ganhou um novo elemento desestabilizador.

Este novo movimento entre o Atlântico e a costa da África Oriental moveu não apenas escravos, mas também ideias.³⁴ As novas premissas acerca do liberalismo econômico e os movimentos sociais que abalavam o império português na América circulavam nas proas dos navios negreiros. As tripulações eram o principal veículo de sua circulação, e seus interlocutores em Moçambique eram, obviamente, o pequeno estrato social direta ou indiretamente ligado ao tráfico de escravos.³⁵ Dentro da comunidade que envolvia portugueses e luso-brasileiros instalados na ilha de Moçambique, assim como em outras possessões espalhadas pelo litoral – como Quelimane ou Lourenço Marques –, a onda das Revoluções Atlânticas que assolou tanto a metrópole quanto as colônias na América transformou a todas de modo irreversível.

As agitações causadas pelo movimento político do chamado “Partido Brasileiro” – surgido na América portuguesa após a saída da corte portuguesa do Rio de Janeiro, em 1820, e

³² ALEXANDRE, Valentim. DIAS, Jill. “O Império português (1825-1890): ideologia e economia”. In: *Análise social*. Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, pp. 959-79.

³³ NEWITT, Malyn. “Moçambique”. In: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.) *Nova história da expansão portuguesa* (Vol. X) *O Império africano* (1825-1890). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 557-656.

³⁴ LINEBAUGHT, Peter. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁵ ALEXANDRE, Valentim. DIAS, Jill. “O Império português (1825-1890): ideologia e economia.” In: *Análise social*. Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, pp. 959-79.

que almejava sua emancipação política – também chegaram a Moçambique. A independência do Brasil, declarada em setembro de 1822, logo se fez sentir. A Junta Administrativa que governava a capitania em 1822, escreve ao governo central, em Lisboa, denunciando a atuação do “partido dos contrabandistas de escravos” brasileiros, que, em conjunto com luso-africanos, luso-indianos ou mesmo portugueses insatisfeitos, defendiam abertamente a secessão das possessões na África Oriental e sua adesão ao Império do Brasil. Nos anos que se seguiram o ideário seccionista foi encontrado em localidades como Sena e Lourenço Marques.³⁶

Apesar do absentismo do governo metropolitano quanto aos assuntos das possessões na África Oriental, o perigo da circulação dos ideais revolucionários gerou reações da metrópole. Tal fato pode ser explicado pelo surgimento de movimentos do mesmo tipo em localidades como Cabo Verde, Luanda e Benguela.³⁷ O chefe de gabinete português, Conde de Suberra, em março de 1824, envia para o governador-geral em Moçambique instruções enérgicas para conter o sentimento separatista originado no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o rei português, D. João VI, reconhece a independência do Brasil, e o movimento seccionista em Moçambique perde força nos anos que se seguem, porém, a presença e a influência dos brasileiros eram fortes o suficiente para que, em 1826, requeressem autorização para celebrar o “dia do nome do imperador”³⁸.

Esse contexto de relações conturbadas entre o recém-criado Império do Brasil, Portugal e as colônias na África pode ser vislumbrado por ocasião da nomeação de João Luís Airosa como “cônsul imperial” na ilha de Moçambique e nas suas relações com o governador-geral da capitania, Sebastião Xavier Botelho. Airosa chega à ilha de Moçambique em maio de 1827. Desde os primeiros dias do exercício do agente consular brasileiro na possessão portuguesa, os atritos entre ele e as autoridades portuguesas eram uma constante. Os ofícios enviados à sede da Secretaria dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em setembro de 1827 e janeiro do ano seguinte são pródigos em relatar as diferenças entre Airosa e Xavier Botelho.³⁹ O cortês oferecimento de auxílio quando da ameaça de invasão da cidade, no fim de 1828, era um ponto fora da curva de uma trajetória conflituosa.

³⁶ CABAÇO, José Luís de Oliveira, Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. In: *Dinte*: Boletim de Economia e Política Internacional. Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. Nº 06. Ipea: abr./jun. 2011, 2011, pp. 87-94.

³⁷ FERREIRA, Frederico. *O imperador e o príncipe*: participação do Império Brasileiro na crise dinástica no Reino do Congo (1857-1861). Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

³⁸ CABAÇO. *Op. cit.*

³⁹ Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado em 25/09/1827, 27/09/1827, 28/09/1827, AHI: 238/2/1.

Segundo o cônsul brasileiro, o governador-geral não reconhecia a independência do Brasil e o considerava uma “província rebelde” de Portugal, considerando, assim, o imperador Pedro I ilegítimo. Logo o cônsul brasileiro estava no exercício ilegal das funções:

Não he esta a primeira vez que tenho a honra de levar a prezença de V. Exa, queixas contra o General desta Provincia Sebastiam Xavier Botelho, que pouco afecto a Augusta Pessôa de Sua Magestade Imperial e a Nação Brazilleira não cessa de insultar-la, e maquinar-lhe perjúrios (...).⁴⁰

Tamanha oposição à presença brasileira, porém, não ficou apenas no campo dos discursos das autoridades instituídas. O não reconhecimento da nacionalidade brasileira permitia que o governo local impedisse o exercício das atividades consulares de João Luís Airosa, transferisse forçadamente marinheiros de navios sob bandeira brasileira para navios portugueses, se negasse a transferir os espólios dos súditos mortos e até mesmo torturasse capitães de navios que transportassem correspondências enviadas pelo representante brasileiro.⁴¹

Este antagonismo radical existente entre os agentes políticos, de um lado, reflete as contradições próprias do processo de separação entre as soberanias dos Bragança de Portugal e os Bragança do Brasil. Enquanto conflitos entre facções favoráveis ao “partido brasileiro” e os partidários das cortes de Lisboa em diversas cidades da antiga América Portuguesa, entre 1822 e 1825⁴², este antagonismo também representou um duro golpe aos liberais adeptos do constitucionalismo que ascenderam ao poder em Portugal com a Revolução do Porto, em 1820, e abriu a via para a crise vivenciada na metrópole com a morte de D. João VI, em 1826, culminando na guerra civil de 1832-1834⁴³. Por outro lado, o tráfico de escravos era um aspecto mais pragmático que causava o desentendimento entre o governador-geral Xavier Botelho e o cônsul imperial Airosa.

Já nas primeiras correspondências enviadas pelo encarregado de negócios brasileiro na ilha de Moçambique, estavam as queixas relacionadas às dificuldades criadas pelas autoridades portuguesas ao bom desempenho dos negócios empreendidos pelos brasileiros. Para ele, o envolvimento do governador-geral com o tráfico de escravos, especialmente no favorecimento dos negociantes franceses em ilhas como Bourbon (Ilhas Reunião), na descrição do cônsul,

⁴⁰ Ofício do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, de 15/11/1828, AHI: 238/2/1.

⁴¹ Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado em 28/09/1827, AHI: 238/2/1.

⁴² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14^a ed. São Paulo: Edusp, 2012.

⁴³ ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal oitocentista” in: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.) *Nova história da expansão portuguesa* (Vol. X). *O Império Africano* (1825-1890). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 21-132.

eram extremamente prejudiciais aos interesses dos escravagistas brasileiros e contrário às leis e aos interesses do próprio Estado colonial português.

(...) e a maquirar-lhe toda a ruina em suas maquinações (o que ainda hoje pratica) só afim de proteger o mais escandaloso contrabando que está fazendo com os Franceses de Bourbon de quem recebe 2:000 Patacas Hespanholas pela licença que dá a cada Embarcação para hirem aos Portos comparem escravos.⁴⁴

Chegando a essa Cidade no dia 31 de Maio de 1827, como participei ao Ex^{mo}. antecessor de V.[Exc^a] procurou mil rodeios este Governador, para me não reconhecer na qualidade de consul; porem avestra a este officio que lhe entreguei do Encarregado dos Negocios Portugueses, então nessa Corte Carlos Mathias Pereira, me reconheceo como tal e desde então pela minha estada nesta Cidade privado ele Governador de negociar com os Contrabandistas Franceses neste Porto os mandava para outra Província, como consta da Lista junta só dos eu entrarão na Bahia de Lourenço Marques (...).⁴⁵

Isso, de um lado, demonstra o absentéismo das forças metropolitanas de modo a fazer valer as determinações do poder central de Lisboa na longínqua ilha de Moçambique, e de outro, apresenta o profundo envolvimento das autoridades lusas incumbidas de inibir o tráfico de pessoas. E não menos importante, o quanto tal contexto representava uma concorrência aos mercadores luso-brasileiros ali instalados. À medida que a produção agrícola brasileira – inicialmente de cana-de-açúcar e posteriormente de café – intensificava-se, a demanda por força de trabalho crescia. Com isso, cada vez mais mulheres e homens originários da África Oriental eram expatriados e traficados para o Brasil.

A concorrência das colônias francesas na parte sul do oceano Índico pela captação de pessoas para o trabalho escravo remontava ao século XVIII, e também estava intrinsecamente vinculada às dinâmicas próprias das mudanças políticas, econômicas e sociais próprias da transição dos Setecentos para os Oitocentos. A colonização francesa na região tem início em 1721, quando as primeiras possessões são instituídas na Île de France (Ilhas Maurício), voltando-se para o cultivo da cana-de-açúcar e se utilizando de pessoas em situação de escravidão, originárias da ilha de Madagascar ou mesmo das possessões portuguesas na África Oriental.⁴⁶

Com a expansão francesa para os arquipélagos ao redor, como ilhas Seychelles e Reunião, além de cana-de-açúcar, os colonos franceses passam a fornecer gêneros alimentícios

⁴⁴ Ofício de Ofícios do cônsul João Luís Airoso à Secretaria de Estado em 09/01/1828, AHI: 238/2/1.

⁴⁵ Ofício Ofícios do cônsul João Luís Airoso à Secretaria de Estado, de 15/11/1828, AHI: 238/2/1.

⁴⁶ NEWITT. *Op. cit.*

para áreas próximas. Em troca, eles passam a adquirir marfim e ampliar a introdução de pessoas em situação de escravidão na possessão francesa, traficadas pelos negociantes do Sultanato de Omã ou pelos luso-africanos instalados em Cabo Delgado. No passado, a região já fora do raio de ação das autoridades portuguesas da ilha de Moçambique.⁴⁷ Nesse sentido, a presença do tráfico de escravos com destino às ilhas francesas, tão criticada pelo cônsul brasileiro João Luís Airoso, antes de ser um episódio isolado, possui antecedentes significativos.

A presença holandesa e inglesa ao sul do Índico, antes do século XIX, se restringia à atuação de suas companhias das Índias Orientais. Depois que a Grã-Bretanha conquistou a Cidade do Cabo, em 1806, e a Île de France (Ilhas Maurício), em 1810, tornou estas ilhas bases importantes para a ação de sua marinha e para a atuação de seus negociantes, o que fez da marinha britânica uma potência nas margens do Índico e da costa leste de Madagascar. Com a derrota francesa durante as Guerras Napoleônicas (1803-1815), acabaram por tornar os arquipélagos das Seychelles – até então pertencentes à França – possessão britânica, o que ainda serviu para excluir as embarcações francesas do tráfico no Índico.⁴⁸

Diante da importância do tráfico de escravos promovido pelos negociantes franceses do Índico nas costas da África Oriental, o questionamento do encarregado de negócios brasileiro soava impertinente. Isso somado às dificuldades em se reconhecer a soberania brasileira acabava por suscitar a oposição das autoridades coloniais. Essa antítese remete a uma série de processos mais amplos, como os conflitos entre os negociantes envolvidos no tráfico de escravos nas costas da África Oriental, assim como aqueles surgidos no decorrer do processo de emancipação política da América portuguesa. Apesar do reconhecimento da nova nacionalidade por parte da corte de Lisboa por meio do Tratado de 1825, as autoridades coloniais na ilha de Moçambique consideravam o Brasil como uma província rebelde do império colonial português espalhado pelo mundo, e o governo do imperador Pedro I, um ato de insubordinação de um aventureiro.⁴⁹

Por outro lado, o oferecimento de asilo e a solicitação de apoio da embarcação brasileira diante do ataque das tropas das forças navais do Sultanato de Mascate demonstra a permanência de alguns vínculos entre as nacionalidades portuguesa e brasileira. Ainda mais se considerada a oposição tradicional entre populações cristãs e muçulmanas típica da cultura ibérica, e as

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁸ NEWITT. *Op. cit.*

⁴⁹ Ofícios do cônsul João Luís Airoso à Secretaria de Estado em 15/04/1828, AHI: 238/2/1.

ligações ainda existentes entre os súditos da dinastia dos Bragança espalhados pelos diferentes cantos de seu vasto império colonial, algum nível de solidariedade entre eles ainda era possível.

Nenhum desses vínculos, no entanto, seria superior ao comércio de pessoas que, entre o fim do século XVIII e primeira metade do século XIX, ainda se fazia presente tanto no Brasil quanto no império colonial português na África. Ele interligava profundamente os centros de produção de gêneros agrícolas tropicais da América com as cidades portuárias que expatriavam pessoas em situação de escravidão controladas pelos portugueses. A importância do comércio promovido pelos luso-brasileiros para as finanças do Estado colonial português na região e o tráfico baseado em Moçambique – principalmente por contornar a fiscalização britânica – ganharam uma nova relevância. Diante da ameaça de que um conflito colocasse em risco não só as frágeis possessões portuguesas na África Oriental, mas também o pujante tráfico de escravos patrocinado pelos luso-brasileiros na região, a defesa da ilha de Moçambique se fazia importante tanto para o reino português quanto para o Império do Brasil.

A ameaça do Sultanato de Omã à possessão portuguesa na ilha de Moçambique situava a dinâmica do império colonial português na África Oriental às dinâmicas próprias dos povos que margeavam o Oceano Índico. Os conflitos entre portugueses e luso-brasileiros que marcaram as relações entre Portugal e Brasil nas costas de Moçambique se mesclam com o desenrolar dos processos de um mundo Índico em transformação. A ascensão do poderio marítimo britânico e o crescimento do poder do Sultanato de Omã – envolvido no tráfico de escravos e de outros produtos – eram fatores importantes nos processos históricos da África Oriental às vésperas da expansão neocolonial do final dos Oitocentos.

O império colonial português no leste da África e a expansão do Sultanato de Mascate

A cidade-estado de Mascate, no extremo oeste da Península Arábica – no atual território do Omã –, tem suas origens no período medieval e se notabilizara pelo comércio com o subcontinente indiano desde a Era Moderna. No período das grandes navegações, foi conquistada pelos portugueses, libertando-se no século XVII.⁵⁰ Em contrapartida, os comerciantes e as forças militares onamitas se lançaram sobre as possessões portuguesas na África Oriental, como Zanzibar (na atual Tanzânia) e Pemba (Moçambique).

⁵⁰ MILES, Samuel Barrett; BIDWELL, Robin. *The Countries and Tribes of the Persian Gulf*. [S.l.]: Garnet & Ithaca Press, 1997.

No século XVIII, a proximidade com a Pérsia (atual Irã) e o fortalecimento da presença portuguesa na região, os expulsam dessas localidades.⁵¹ Comercializando ouro vindo das jazidas remanescentes do interior do continente, assim como tecidos indianos e mesmo pequenas quantidades de escravos, os comerciantes onamitas remanescentes nestes portos do Índico mantiveram uma convivência harmônica com os portugueses entre os séculos XVII e XVIII.⁵²

Tal situação só se alteraria com a intensificação da presença francesa nas ilhas próximas à África Oriental. A ocupação da ilha Bourbon (Ilha Reunião), ilhas Mascarenhas (Ilhas Maurício) e Seychelles inseriu um novo elemento no cenário multicultural do Índico entre o fim dos séculos XVIII e início do XIX. A necessidade de força de trabalho para as lavouras tornou os colonos franceses consumidores cada vez mais ávidos por cativos, traficados pelos muçulmanos, especialmente pelos onamitas, que os coletavam em áreas fora do controle lusitano. Essa intensificação da presença colonial francesa, e sua expansão, acabaram por ocupar um espaço anteriormente ocupado pelos portugueses.⁵³

O Sultanato de Omã, diante da crescente presença comercial e militar francesa no final do século XVIII, se lançou na reconquista dos portos de Mombaça, Zanzibar e Quiloa, e no estabelecimento de acordos com os governadores franceses de Île de França – Ilhas Maurício – em 1801.⁵⁴ Contudo, a onda revolucionária que assolou o Atlântico entre 1789 e 1815 mudou o cenário político e econômico do litoral da África Oriental.

Com a Revolução Francesa, o poderio militar gálico na região se deteriora e o movimento abolicionista britânico, já atuante no Atlântico, chega ao Índico.⁵⁵ Navios da esquadra britânica que tinham como objetivo atuar no combate ao tráfico humano chegam à África Oriental em 1822, capitaneados por William Fitz Owen, que estabelece acordos com chefes locais em diversos pontos do litoral – mesmo em áreas tradicionalmente conhecidas como portuguesas⁵⁶ – e logo se aproxima do sultão de Omã.

O Sultanato de Omã, governado pelo sultão Seyyid Said (ou Said bin Sultan), pressionado pela diplomacia e pelas forças navais britânicas, estabeleceu uma relação de

⁵¹ SALIM, Ahmed Idha. “O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845” In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, pp. 249-74.

⁵² MILES. *Op. cit.*

⁵³ MILES, Samuel Barrett; BIDWELL, Robin. *Op. Cit.*

⁵⁴ SALIM, Ahmed Idha. “O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845” In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, pp. 249-74.

⁵⁵ ELKHOLY, Ayman Tarek Seyyid Said. *Encyclopedia of World biography*. Disponível em: <<http://www.blackpast.org/gah/said-seyyid-1790-1856>> (Acesso em 3 de março de 2018).

⁵⁶ GARCIA, Francisco Proença. *Análise global de uma guerra. Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio, 2003.

neutralidade e se comprometeu a fazer cessar o tráfico de escravos no Golfo Pérsico, por meio do Tratado de Moresby, em 1822⁵⁷, e, em 1824, assiste ao interesse em estabelecer a cidade de Mombaça como base de ação para a armada inglesa, tornando-a um protetorado, o que durou até por volta de 1826.⁵⁸ Essa aliança com as forças navais britânicas contribuiu para a consolidação do poder do sultão sobre as forças internas que punham em xeque o seu governo, especialmente os wahhabitas⁵⁹, e externamente contra os franceses⁶⁰.

O apoio britânico e o fortalecimento de seu governo em Omã levaram a cidade-estado a se consolidar no comércio do Índico nas primeiras décadas do século XIX. Com isso, investiu na ampliação do poder militar e naval da cidade.⁶¹ Sua presença comercial se estendia desde as costas da Península Arábica e Golfo Pérsico, Índia, e mesmo na Indonésia.⁶² Contudo, a importância do tráfico de escravos para o comércio de Mascate e os obstáculos criados pelo Tratado de 1823 fizeram com que o foco comercial dos negociantes onamitas se transferisse para a África Oriental. À região de Quiloa, já ocupada desde o século XVIII, se acrescenta a de Mombaça, após a retirada britânica e, por fim, o próspero porto de escravos de Zanzibar.⁶³

A região possuía terras férteis e a cidade portuária de Zanzibar era um importante ponto de distribuição de produtos vindos do interior do continente, como marfim, cravo, resinas, moluscos e produtos agrícolas, e, nas primeiras décadas do XIX, escravos. Por outro lado, era o principal importador de manufaturas, como tecidos de algodão, contas, arames, correntes, armamentos, porcelanas e vidrarias vindas de diversas partes, como o sul da Ásia, Europa e América, o que a colocava à frente das outras cidades litorâneas da costa da África Oriental.⁶⁴ A importância de Zanzibar foi tamanha que o sultão transferiu a capital do Sultanato de Mascate para a cidade de Zanzibar em 1840, lá permanecendo até a década de 1860.

Nesse contexto da expansão do Sultanato de Mascate nas margens orientais da África Oriental nas primeiras décadas do século XIX, e diante da crescente presença de colonos franceses e das forças navais britânicas, se situa a ameaça de invasão anunciada pelo governador-geral português da capitania de Moçambique em 1828. O limite das possessões

⁵⁷ ELKHOLY. *Op. cit.*

⁵⁸ SALIM. *Op. cit.*

⁵⁹ Wahhabismo, movimento islâmico de vertente sunita que tem como principal característica seu viés ortodoxo, cujo principal objetivo era o de purificar o islamismo dos elementos considerados espúrios como culto a santos, peregrinações a lugares sagrados e quaisquer outros elementos que pudesse ameaçar o culto monoteísta puro (COMMINS, David. *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*. Londres: I.B.Tauris, 2006.).

⁶⁰ SALIM. *Op. cit.*

⁶¹ ELKHOLY. *Op. cit.*

⁶² SALIM. *Op. cit.*

⁶³ *Idem, ibidem.*

⁶⁴ *Idem, ibidem.*

portuguesas na África Oriental foi estabelecido pela primeira vez ainda no século XVI, nas proximidades do chamado “Cabo Delgado”, na Baía de Tungue (extremo norte do atual território de Moçambique), e ratificado no tratado luso-inglês de 1817.⁶⁵ Em 1826, quando da chegada do capitão-geral Xavier Botelho à ilha de Moçambique, este recebe a saudação do sultão Seyyid Said e aproveita a oportunidade para propor a assinatura de um acordo entre o Sultanato de Mascate e o Reino de Portugal que reconhecesse a fronteira em Cabo Delgado.⁶⁶

Diante da visita do sultão a Zanzibar em 1828⁶⁷, e da ameaça que o expansionismo onamita oferecia à frágil posse portuguesa na África Oriental, especialmente a sede da capitania, a ilha de Moçambique, o governador Francisco Xavier Botelho prepara as frágeis defesas portuguesas e busca um acordo com Seyyd.⁶⁸ Neste acordo, os portugueses se comprometem a não impedir o comércio dos súditos muçulmanos nas possessões portuguesas na África Oriental, em contrapartida, a posse portuguesa do litoral ao sul de Cabo Delgado seria reconhecida⁶⁹, consolidando assim as possessões portuguesas desde o século XV.

Contudo, os termos do acordo tão duramente firmado pelo governador Botelho em 1828 não encontraram uma boa recepção por parte do governo central em Lisboa. O ambiente político português após o retorno da corte em 1820 foi marcado pelo conflito entre os partidários do absolutismo monárquico e os liberais constitucionalistas. A morte de D. João VI, em 1826, permitiu que chegasse ao poder o rei D. Miguel I (1828-1836) e, com ele, os partidários do absolutismo, dando início à guerra civil portuguesa (1834-1836).

Apesar de o acordo firmado entre o governador da capitania de Moçambique e o sultão de Mascate ter sido assinado em março de 1828, não foi ratificado pelo governo de D. Miguel I.⁷⁰ Além disso, e das escaramuças na década de 1850 e depois em 1880, as fronteiras setentrionais da colônia portuguesa de Moçambique se mantiveram nas proximidades de Cabo Delgado e da Baía de Tungue.

As possessões portuguesas na África Oriental, tráfico de escravos e a Era das Revoluções

O episódio da ameaça de invasão das forças do Sultão de Mascate à ilha de Moçambique em 1828, assim como o pedido de auxílio das autoridades coloniais portuguesas

⁶⁵ GARCIA. *Op. cit.*

⁶⁶ *Idem, ibidem.*

⁶⁷ M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

⁶⁸ PALMER, Hilary C.; NEWITT, Malyn. *Northern Mozambique in the Nineteenth Century: The Travels and Explorations of H.E. O'Neill*. Boston: Brill, 2016.

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ *Idem.*

ao navio negreiro brasileiro, dão uma mostra da precariedade da presença colonial lusitana nas costas da África Oriental. Os muitos povos que habitavam o território que hoje formam Moçambique viviam em constantes disputas. Com possessões dispersas no litoral e mais ou menos inseridas na dinâmica socioeconômica do Oceano Índico, o império colonial português na África Oriental durante as primeiras décadas do século XIX era um império meramente virtual.⁷¹

Moçambique passou de uma série de pontos de abastecimento de água para navios lusitanos que faziam a carreira das Índias no século XVI para um conjunto de possessões espalhadas entre a baía da Lagoa (baía de Maputo) e a ilha de Moçambique. Sem uma força militar que garantisse a posse dos territórios, sem capital para investimentos de monta na região e colonizada predominantemente por degredados vindos de diversas partes do império português espalhado pelo mundo⁷², a posse lusitana era dependente da anuência explícita ou tácita dos chefes locais – fossem eles suaílis ou muçulmanos –, assim como de comerciantes ou colonizadores de outros povos extra-africanos, como franceses, britânicos e mesmo luso-brasileiros.

Dentre os poucos fatores que eram capazes de mobilizar os governos de Lisboa quanto às suas colônias na África Oriental, estavam as ameaças à posse do território.⁷³ Com a independência da porção americana do seu império, em 1822, a metrópole portuguesa se municia contra a possibilidade – ainda que remota – de uma ação militar efetiva de forças navais vindas do Brasil no sentido de anexar os portos distribuidores de força de trabalho escravo. Tal sentimento era uma constante no imaginário das autoridades coloniais portuguesas na África Atlântica⁷⁴ e, por que não pensar nela também, para a África Oriental – que era um importante polo fornecedor de mão de obra nas primeiras décadas do século XIX. Assim, a presença do cônsul João Luís Airosa como agente do império brasileiro na ilha de Moçambique no fim da década de 1828 era carregada de significados, representando para o governo português da ilha a recordação de uma ameaça iminente.

Para além das questões políticas, a renda obtida com o tráfico de escravos era, nas primeiras décadas do XIX, a principal fonte de recursos do precário estado colonial português

⁷¹ CRUZ, João José de Sousa. “O enigma de uma colônia virtual – África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique)”. In: *Revista Militar*, n. 2482. 2008, pp. 1-82.

⁷² *Idem, ibidem.*

⁷³ NEWITT, Malyn. “Moçambique”. In: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.) *Nova história da expansão portuguesa* (Vol. X) O império africano (1825-1890). Lisboa: Estampa, 1998, pp. 557-656.

⁷⁴ FERREIRA, Frederico. *O imperador e o príncipe: participação do império brasileiro na crise dinástica no Reino do Congo (1857-1861)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

na África Oriental.⁷⁵ Com o comércio de ouro cada vez mais reduzido no interior do continente, o comércio de pessoas ganhou novas proporções, com o aumento da demanda por força de trabalho para as grandes plantações de açúcar, algodão e café da América. A presença de escravizados vindos tanto das possessões portuguesas como de fora delas criou uma intercessão entre o tráfico negreiro empreendido no Atlântico e aquele já existente no Índico, promovido seja por muçulmanos, por portugueses ou por franceses.

Assim, o tradicional contato entre portugueses, luso-brasileiros, populações das colônias na África Oriental e mesmo com aquelas originárias das possessões na Ásia não se desfez de modo repentino e inexorável após a emancipação política do Império do Brasil, em 1822. O papel político dos traficantes vindos do Brasil e o capital que empregavam na condução das diversas etapas do tráfico humano que tinha Moçambique como base davam a eles um lugar de destaque diante do absentismo do Estado metropolitano. Assim, a solicitação de auxílio feito por Xavier Botelho em 1828, ainda que após diversos episódios de desinteligências entre o governo-geral e o consulado brasileiro, demonstram, de fato, uma situação já consolidada na prática: a relevância do capital do tráfico de escravos luso-brasileiros em Moçambique.

Apesar da atenção dada pela historiografia brasileira à força das relações políticas, econômicas e sociais existentes entre os traficantes luso-brasileiros com as cidades-estados do Golfo do Benim ou mesmo da região congo-angola, o tráfico com a costa oriental da África foi quantitativa e qualitativamente importante tanto para o Império do Brasil quanto para os povos da região, bem como para a consolidação do Estado colonial português em Moçambique.

A colônia portuguesa de Moçambique, um elo entre o Atlântico e o Índico

Assim sendo, tanto Portugal quanto o próprio Brasil, na medida em que se consolidavam no tráfico de escravos do Índico, contribuíam com britânicos e franceses na inserção do comércio, da política e das sociedades das costas índicas da África e da Ásia no sistema-mundo⁷⁶ surgido com a Revolução Industrial. Ao passo que o comércio de pessoas ocorria nas margens da África Oriental, as cidades-estados islamizadas e mesmo as possessões portuguesas importavam produtos muitas vezes vindos da América, contribuindo grandemente para a

⁷⁵ NEWITT. *Op. cit.*

⁷⁶ O sistema-mundo premissa que postula a existência de uma economia capitalista de amplitude global baseada na divisão inter-regional e transnacional do trabalho, o que resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. (WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *World-systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press, 2004. pp. 23-4).

introdução da própria América no comércio internacional com diversas regiões da África e da Ásia.

Enquanto a metrópole portuguesa vivenciava o prólogo do conflito político que imobilizaria o país com a guerra civil, entre 1834 e 1836, o governo colonial buscava sustentar sua posição frente ao crescente poderio do Imã de Mascate com os poucos recursos que tinha. A busca por apoio dos negreiros brasileiros – na pessoa do agente consular João Luís Airosa – e a conquista de um acordo com o sultão de mascate em 1828 foram medidas que possibilitaram a sobrevivência das possessões portuguesas na África Oriental.

Enquanto o reconhecimento do cônsul brasileiro na ilha de Moçambique não chegava e o governo do Rio de Janeiro não enviava novas recomendações, João Luís Airosa deixa o país. O Brasil só volta a ter representação oficial na África Oriental, então, com o estabelecimento do consulado nas Ilhas Maurício, na década de 1840, e, na região que hoje forma o território de Moçambique, somente após a proclamação da república, em 1889 (Lourenço Marques e Quelimane). Desse modo, as fronteiras dos territórios ultramarinos portugueses na África Oriental só foram consolidadas em definitivo na Conferência de Berlim, em 15 de novembro de 1885, e pelas convenções subsequentes, enquanto o controle do Sultanato de Omã caiu frente às disputas internas, ainda na década de 1860.⁷⁷

Todos esses eventos demonstram a complexidade da colonização portuguesa nas costas orientais da África e o quanto esta se inseriu na dinâmica própria dos cenários das populações que margeavam o Índico e seus vínculos com o Atlântico. Antes de ser um aspecto menor diante da história do colonialismo português centrado na América e depois em Angola, a presença portuguesa em Moçambique é um capítulo à parte de uma história ainda a ser feita.

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Itamaraty: AHI:238/2/1

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 26/02/1828

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 09/01/1828

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 25/09/1827

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 27/09/1827

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 28/09/1827

Ofício de Ofícios do cônsul à Secretaria de Estado em 09/01/1828

Carta do cônsul João Luís Airosa ao general João Faustino da Costa, 10/02/1828,

Ofício do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, 26/02/1828

Carta do cônsul João Luís Airosa ao general João Faustino da Costa, 10/02/1828;

Ofícios do cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado em 15/04/1828,

⁷⁷ M'BOKOLO. *Op. cit.*

Ofício o cônsul João Luís Airosa à Secretaria de Estado, de 15/11/1828,
 Arquivo Histórico do Itamaraty: AHI: 238/2/3
 Despacho do Visconde do Rio Branco para o cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira,
 07/02/1858;
 Jornal do Commercio, Folha Comercial e Política, 07 de novembro de 1829
 Arquivo Nacional: NA 2ON, 122, p. 91v.

Artigos

- ALEXANDRE, Valentim. DIAS, Jill. “*O Império português (1825-1890): ideologia e economia*”. In: *Análise social*. Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, pp. 959-79.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira, Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. In: *Dinte: Boletim de Economia e Política Internacional*. Moçambique – Brasil: os caminhos da diplomacia. Nº 06. Ipea: abr./jun. 2011, 2011, pp. 87-94.
- CRUZ, João José de Sousa. “O enigma de uma colónia virtual – África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique)”. In: *Revista Militar*, n. 2482. 2008, pp. 1-82.
- DIAS JR., Ondemar. “Remanescentes histórico-arqueológicos da cultura do anil na cidade do Rio de Janeiro” In: *Revista do IHGB*, n. 164, v. 419. Rio de Janeiro: abr. /jun. 2003, pp.9-58.
- MATTOS, Regiane Augusto de. “A dinâmica das relações no norte de Moçambique no final do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História*, n. 171. São Paulo: USP, 2014, pp. 383-419

Livros

- BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. *História da expansão portuguesa*. Volume 1, A formação do império, 1400-1800. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique. 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.
- COMMINS, David. *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*. Londres: I.B.Tauris, 2006.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- FERREIRA, Frederico. *O imperador e o príncipe: participação do Império Brasileiro na crise dinástica no Reino do Congo (1857-1861)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LINEBAUGHT, Peter. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.
- MILES, Samuel Barrett; BIDWELL, Robin. *The countries and tribes of the Persian Gulf*. [S.l.]: Garnet & Ithaca Press, 1997.
- PALMER, Hilary C.; NEWITT, Malyn. *Northern Mozambique in the Nineteenth Century: The Travels and Explorations of H.E. O'Neill*. Boston: Brill, 2016
- RODRIGUES, Jaime, *O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press, 2004. pp. 23-4

Capítulos de livro

ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal oitocentista” in: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.) *Nova história da expansão portuguesa (Vol. X). O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 21-132.

HERLIN, Susan J. “Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870”. In: CURTO, José C.; LOVERJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of Slavery*. Amherst, NY: Humanit Books, 2004, pp. 265-87.

GARCIA, Francisco Proença. *Análise global de uma guerra. Moçambique 1964-1974*, Lisboa: Prefácio, 2003.

NEWITT, Malyn. “Moçambique”. In: DIAS, Jill. ALEXANDRE, Valentim (Coord.) *Nova história da expansão portuguesa (Vol. X) O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 557-656.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880”. In: *Análise Social*, v. XXVI, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1991, pp. 537-59.

PEREIRA, Rodrigo. “Nas margens do Atlântico: o comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o candomblé”. In: *História econômica & História de empresas*, v.18, 2015, p. 323, 354.

SALIM, Ahmed Idha. “O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845” In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010, pp. 249-74.

Anais de eventos

ALEXANDRE, Valentim, “O colapso do império luso-brasileiro e as suas repercussões em Portugal” in: *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Vol. 03. Museu Condes de Castro Guimarães, 1997, pp. 229-42.

Sites

ELKHOLY, Ayman Tarek. *Seyyid Said in Encyclopedia of world biography*, California disponível em: < <http://www.blackpast.org/gah/said-seyyid-1790-1856>> (Acesso em 3 de março de 2018).

GLYCÉRIO, Carolina; SALEK, Silvia (2017), “*Moçambique deixou marca genética, mas pouca herança*” in: BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070406_escravosmocambique2ss.shtml (Acesso em 17 de novembro de 2017).